

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.217 - MG (2019/0062092-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE ARAXÁ - MG**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE CALDAS NOVAS - GO**  
**INTERES.** : **JUSTIÇA PÚBLICA**  
**INTERES.** : **ANDREZA CRISTINA MATOS DA SILVA**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado, com fundamento no art. 105, I, "d", da Constituição Federal, entre o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE ARAXÁ - MG**, o suscitante, e o **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE CALDAS NOVAS - GO**, o suscitado.

Na origem, trata-se de execução de pena decorrente de sentença proferida pelo Juízo Mineiro, que declinou de sua competência para o Juízo de Caldas Novas - GO, uma vez que o sentenciado teria conseguido emprego naquela Comarca.

De seu turno, o Juízo de Caldas Novas recusou a remessa, aduzindo que:

"(...) registro que o estabelecimento penal desta Comarca possui 160 vagas (130 homens e 30 mulheres), no entanto, atualmente sua lotação é de 359 detentos, dentre presos provisórios e condenados em regime fechado'.

A capacidade projetada para receber os detentos desta Comarca vem sendo ultrapassada constantemente, especialmente na ala masculina, o que, por si só, acarreta risco à segurança pública, na medida em que a superlotação possui relação direta com o aumento das tentativas de fuga e com a produção de rebelião entre os detentos, gerando, em consequência, a desordem carcerária e a intranquilidade da população em geral.

Além disso, em virtude da constante superlotação do presídio local, tem sido necessário reavaliar a situação prisional de cada um dos detentos, lançando-se mão, em variados casos, da premente necessidade de garantir a ordem pública, evitando a prática reiterada de novos delitos, para garantir-lhes (aos presos) o respeito à integridade física e moral, direitos que lhes são assegurados constitucionalmente.

Nesse contexto, sopesando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o benefício da liberdade provisória tornou-se frequente, o que de certa forma incentiva a prática de novos delitos.

A unidade contava ainda com leitos para pernoite dos reeducandos do regime semiaberto, todavia a referida ala foi interditada em novembro de 2013 e posteriormente demolida, em razão da precariedade da estrutura física e da existência de laudo do Corpo de Bombeiros atestando o perigo de desabamento.

Assim, os presos do regime semiaberto se encontram, por ora, condicionados ao monitoramento eletrônico domiciliar, todavia tal condição é transitória. Inclusive, o número ínfimo de pulseiras é

incapaz de atender a demanda desta localidade, ao que muitos estão sem referido equipamento, aguardando em lista de espera.

Logo, impossível o acolhimento até mesmo todos os presos provisórios e definitivos da própria Comarca de Caldas Novas, quiçá os reeducandos de localidades diversas, especialmente aqueles que cumprem pena nos regimes fechado e semiaberto." (e-STJ fls. 368-370)

Nessa instância, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do conflito e pela declaração de competência do Juízo suscitante (e-STJ, fls. 419-422).

**É o relatório.**

Decido.

Cumprir registrar, inicialmente, que este conflito negativo de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

Há muito se firmou jurisprudência nesta Corte Superior acerca do tema, consolidando o entendimento de que havendo alteração do domicílio, a competência para a execução penal permanece com o Juízo da condenação, sendo deprecada ao Juízo do novo domicílio do apenado somente a supervisão e acompanhamento do cumprimento da pena determinada, inexistindo deslocamento de competência.

Nesse sentido:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS CRIMINAIS ESTADUAIS: EXECUÇÃO DE PENA. PRISÃO PREVENTIVA EM OUTRA COMARCA. AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA LEGAL - ART. 86 DA LEP. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO DO LOCAL EM QUE FOI PROFERIDA A SENTENÇA CONDENATÓRIA DEFINITIVA.

1. O simples fato de o condenado estar preso em Comarca diversa daquela competente para a execução da sentença, em cumprimento de mandado de prisão preventiva expedido por um terceiro Juízo, não constitui causa legal de deslocamento da competência originária para a execução da pena. Precedentes.

2. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo de Direito da Comarca de Rio Meleiro/SC, o suscitado, para a execução da pena do condenado" (CC 148.926/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 27/10/2016).

"PROCESSO PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONDENAÇÃO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO DO REEDUCANDO. NECESSIDADE DE PRÉVIA CONSULTA. COMPETÊNCIA PARA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PENA: JUÍZO ORIGINÁRIO DA EXECUÇÃO PENAL.

1. A competência para a execução da pena não se confunde com a fiscalização do seu cumprimento que, em algumas situações, é deprecada em razão da transferência do reeducando ao local de seu domicílio ou do domicílio de sua família.

2. A jurisprudência desta Corte entende que a transferência de preso

para local próximo de sua família, onde possa obter resultados mais favoráveis no processo de ressocialização, depende de consulta prévia ao juízo de destino.

3. Inexistindo vaga, na localidade de domicílio do reeducando, no regime em que se encontra em cumprimento de pena, tanto a execução quanto a fiscalização da reprimenda devem ser mantidas com o Juízo originário da Execução.

4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de Foz do Iguaçu/PR, suscitado." (CC 148.441/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 17/08/2017).

Por outro vértice, "é assente na jurisprudência desta Corte que a simples mudança de residência do apenado, por vontade própria, não constitui causa legal de transferência de preso. Ademais, esta Corte entende que o direito que o preso tem de cumprir pena em local próximo à residência, onde possa ser assistido pela família, é relativo, pois a transferência pode ser negada desde que a recusa esteja fundamentada em fatos concretos que impossibilitem o recebimento do apenado, como ocorreu no presente caso, em que a decisão apresenta problemas de superlotação e falta de segurança" (AgRg no CC 137.281/MTm Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 02/10/2015).

Destaco ainda:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO APENADO POR VONTADE PRÓPRIA. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. Conquanto seja possível alterar a competência do juízo para a execução e fiscalização da pena, nas hipóteses em que houver a transferência legal do preso, a simples mudança de residência do apenado, por vontade própria, não constitui causa legal de deslocamento da competência do Juízo da Execução Penal.

**2. A transferência da execução da pena não pode ser determinada de maneira unilateral, sendo necessária a prévia consulta ao juízo para o qual o sentenciado pretende ser transferido, notadamente para se verificar a disponibilidade de vagas no sistema prisional local.**

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito de Mondai/SC, o suscitado." (CC 117.561/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 11/06/2012, grifou-se)

Ante o exposto, **conheço** do conflito para declarar a competência para a execução da pena o Juízo de Direito da Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Araxá - MG, o suscitante, reconhecendo, contudo, a validade da recusa da transferência pelo Juízo suscitado, uma vez que o fez por decisão devidamente fundamentada.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se ao Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

